



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Pregão Eletrônico para Registro de Preços N.º 041/2016 do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Pedido de Esclarecimento formulado pela TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Ao (À) Sr. (a) Pregoeiro (a) do Tribunal de Contas do Distrito Federal

TELEFÔNICA BRASIL S/A, Companhia Aberta, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 1376, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.571-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.558.157/0001-62, NIRE nº. 35.3.001.5881-4, vem, respeitosamente, perante V. Sa, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**, com sustentação nas Leis Federais n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, Lei Estadual n.º 13.191/2009, Decreto Estadual n.º 42.434/2003 e legislação pertinente, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

I - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste pedido, dado que a data da sessão pública está prevista para 21.10.2016, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 03 (três) dias úteis, previsto no Capítulo III, subitem 3.4 do Edital do Pregão em comento.

II - OBJETO DA LICITAÇÃO.

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto a
“(...) contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e

configuração de equipamentos para os datacenters primário (Edifício Anexo) e secundário (Edifício Sede) e para o Edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), com garantia on site de 36 meses, de acordo com as especificações técnicas e quantidades constantes do Edital e seus anexos.”

O presente pedido de esclarecimento apresenta questões pontuais do ato convocatório que merecem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas.

Dois são os fundamentos que justificam o presente pedido, conforme exposição a seguir.

III – FUNDAMENTO.

01. OBJETO COMPLEXO RESTRITIVO DA COMPETITIVIDADE. NECESSIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS.

O objeto do presente pregão inclui o Registro de Preços para fornecimento, instalação e configurações referentes à aquisição de Equipamentos de Informática.

Ocorre que para o fornecimento dos equipamentos nos moldes exigidos no edital são necessários empreendimentos, estudos, mapeamentos, dentre outros serviços, que não são estritamente vinculados à prestação dos demais, sendo geralmente oferecidos por empresas distintas, de modo que é perfeitamente possível a concorrência e a sua contratação através do consórcio de empresas ou da subcontratação.

Todavia, o edital prevê a expressa proibição à contratação de empresas reunidas em **consórcio** (item 4, subitem 4.1 do edital).

Em relação à **subcontratação**, o edital, do mesmo modo, não permite tal associação (item 4.8.6 do Anexo I do edital).

A possibilidade de subcontratação e consórcio **decorre diretamente do princípio da isonomia** (art. 37, inc. XXI, da CR/88), consubstanciado na possibilidade de ampla competição entre as empresas existentes no mercado e **na igualdade de condições de acesso** às contratações realizadas com recursos públicos.

No entanto, não tendo sido demonstrada a necessidade técnica e econômica do fornecimento através de uma empresa sem a possibilidade de subcontratação e consorcio, **observa-se a imposição de uma restrição injustificada à competitividade**, considerada a manifesta limitação à participação de qualquer empresa que não disponha de acervo técnico para atender à exigências indicadas..

Neste contexto, verifica-se ferimento direto ao artigo 3.º, §1.º, inciso I da lei 8.666/93, que determina o seguinte:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei



no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Ora, é sabido que a competição é o principal fator que determina a redução de preços nas licitações, permitindo a seleção da melhor proposta para a Administração.

Desta forma, é forçosa a possibilidade de participação das empresas em forma de consórcio ou através da subcontratação dos serviços, não só para alcançar o menor preço para cada serviço como também para se garantir a transparência, a objetividade do julgamento das propostas e, principalmente, a competitividade.

Ante o exposto, requer **que seja admitido o consórcio de empresas e/ou a subcontratação dos serviços, esta última de maneira clara e coerente conforme autorizada pelo artigo 72 da Lei 8.666/1993**, conforme as condições técnicas específicas de cada serviço a ser contratado.

02. ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

Quanto ao prazo de entrega do objeto, **o item 5, Subitem 5.5.4, do ANEXO I** prescreve o seguinte:

5.5.4 O prazo para entrega dos equipamentos é **de 45 (quarenta e cinco) dias**. No caso de a Licitante prever, em sua proposta, prazo de entrega inferior ao solicitado, este será considerado como prazo máximo do que nela foi estabelecido.

Em primeiro lugar, verifica-se que a data fixada impõe, em qualquer hipótese, prazo **demasiadamente exíguo** para entrega dos equipamentos, tendo em vista que os serviços requeridos para a contratação objeto deste processo licitatório são de alta complexidade técnica.

Assim, o prejuízo para a Administração Pública em se manter este curto prazo de fornecimento de produtos e serviços é imenso, dado que inviabilizaria a participação das concorrentes, em função de não ser possível cumprir o lapso de tempo indicado no edital.

Sob outro prisma, o aumento deste prazo não acarretará qualquer ônus à Administração Pública, **sugerindo-se seja previsto o prazo razoável de 90 (noventa) dias**, suficiente para suprir a necessidade administrativa e de infraestrutura adequada à possibilidade de cumprimento por parte da futura contratada.

Desta feita, **requer-se o esclarecimento quanto ao prazo** de entrega, tendo em vista os deveres legais acima mencionados e a necessidade de proporcionar uma participação mais ampla de empresas interessadas, com a consequente seleção da proposta mais vantajosa.

IV – REQUERIMENTO

Assim, requer-se o esclarecimento das questões ora apontadas, alterando-se o instrumento convocatório, caso se faça necessário.

Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,

Brasília/DF, 14 de outubro de 2016.



TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Nome do Procurador: Vanessa Borges Raupp

RG: 1.074.038

CPF: 524.092.441-49


Zimbra

pregao.tcdf@tc.df.gov.br

**QUESTIONAMENTO- EDITAL – TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL -
PE 041/2016 - DF - 21-10-2016**

De : Vanessa Borges Raupp Fonseca
<Vanessa.Fonseca@telefonica.com>

Sex, 14 de out de 2016 14:42

 2 anexos

Assunto : QUESTIONAMENTO- EDITAL – TRIBUNAL DE
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - PE 041/2016 -
DF - 21-10-2016

Para : Pregão TCDF <pregao.tcdf@tc.df.gov.br>

Boa tarde senhores,

De acordo com o previsto no edital, segue em anexo pedido de esclarecimento ao EDITAL DE LICITAÇÃO/ PREGÃO Nº 041/2016.

CAPÍTULO III - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 3.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço de e-mail pregao.tcdf@tc.df.gov.br.
- 3.5. A apresentação de esclarecimentos, questionamentos e impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 18 do Decreto Federal nº 5.450/2005, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 25.966/2005, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço de e-mail pregao.tcdf@tc.df.gov.br.
- 3.6. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.comprasnet.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

3.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

3.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

Favor confirmar o recebimento.

Vanessa Borges Raupp
Gerente de Negócios Governo
Diretoria de Vendas - Governo Federal
SCS Quadra 02 Bloco C, N°. 226, Ed. VIVO, 2º andar
CEP: 70302-916 Asa Sul - Brasília DF
Cel.: + 55 61 99691-1429/ Tel.: + 55 61 3962-7616
E-mail : vanessa.fonseca@telefonica.com
www.telefonica.com.br | www.vivo.com.br



Este mensaje y sus adjuntos se dirigen exclusivamente a su destinatario, puede contener información privilegiada o confidencial y es para uso exclusivo de la persona o entidad de destino. Si no es usted, el destinatario indicado, queda notificado de que la lectura, utilización, divulgación y/o copia sin autorización puede estar prohibida en virtud de la legislación vigente. Si ha recibido este mensaje por error, le rogamos que nos lo comunique inmediatamente por esta misma vía y proceda a su destrucción.

The information contained in this transmission is privileged and confidential information intended only for the use of the individual or entity named above. If the reader of this message is not the intended recipient, you are hereby notified that any dissemination, distribution or copying of this communication is strictly prohibited. If you have received this transmission in error, do not read it. Please immediately reply to the sender that you have received this communication in error and then delete it.

Esta mensagem e seus anexos se dirigem exclusivamente ao seu destinatário, pode conter informação privilegiada ou confidencial e é para uso exclusivo da pessoa ou entidade de destino. Se não é vossa senhoria o destinatário indicado, fica notificado de que a leitura, utilização, divulgação e/ou cópia sem autorização pode estar proibida em virtude da legislação vigente. Se recebeu esta mensagem por erro, rogamos-lhe que nos o comunique imediatamente por esta mesma via e proceda a sua destruição

